

“UMA GUERRA CIVIL” NA FRANÇA: A POLÊMICA PÚBLICA APÓS OS ATENTADOS DE 2015

Ruth Amossy*

Tradução de Angela M. S. Corrêa**

Introdução

Escolhi focalizar, neste artigo, a expressão “guerra civil” tal como foi veiculada e debatida no espaço público francês após os atentados sangrentos dos dias 7 e 8 de janeiro (contra o semanário *Charlie Hebdo*), e os de 13 de novembro de 2015, em Paris - uma expressão recorrente que se pode chamar de “fórmula”, no sentido adotado por Alice Krieg-Planque (2003, 2009). De fato, certas expressões convencionais adquirem, num dado momento, um *status* que as dota de implicações sociais e políticas importantes. Correndo de boca em boca e de texto em texto, elas se tornam uma passagem obrigatória para falar de um determinado assunto, como na guerra da ex-Iugoslávia (a famosa “purificação étnica”). Todo mundo as reconhece e acredita compreendê-las, até mesmo quando sua significação permanece vaga e suscetível de discussão - e, de fato, tratam-se de vetores de polêmica e que suscitam até mesmo confrontos em praça pública.

A noção de “guerra”, repetida à exaustão pelo Presidente da República (“A França está em guerra”), provocou um debate menos visível, de imediato, mas nem por isso menos intenso: o que trata da eventualidade de uma guerra civil no Hexágono¹. Ora, o adjetivo “civil” qualificando “guerra” reorienta completamente a reflexão. Este adjetivo a vincula a cisões interiores suscetíveis de desencadear a violência armada

* Professora Emérita da Universidade de Tel-Aviv, Israel. Líder do Grupo de Pesquisa “Analyse du discours, argumentation, rhétorique” (ADARR). Editora da revista “Argumentation et Analyse du Discours”.

** Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Programa de Pós-Graduação em Letras Neo-latinas da UFRJ.

¹ N.T.: “Hexágono” designa a parte continental da França metropolitana, pela sua semelhança com a forma geométrica de 6 lados.

no país. A designação “guerra” para descrever a luta da França contra o terrorismo islâmico tem como objetivo irmanar todos os franceses contra um inimigo exterior comum. Trata-se de um roteiro que pretende unir os cidadãos de todas as origens e religiões contra as forças da destruição e do mal que ameaçam a todos. A expressão “guerra civil”, ao contrário, acentua a divisão e a violência que ameaçam colocar os cidadãos uns contra os outros. Ao invés da narrativa oficial, propõe-se a de uma nação dividida entre forças hostis e inconciliáveis.

Proponho-me a estudar, aqui, a polêmica que se estabeleceu por algum tempo na mídia francesa e, em particular, nos jornais de grande circulação e na internet, em torno da expressão “guerra civil”, que, apesar de ser anterior aos acontecimentos de 2015, surge com uma intensidade singular no contexto dos ataques terroristas. As posições apresentam-se em dicotomia (Dascal, 2008) polarizando os grupos em torno de teses antagonistas (King e Anderson, 1972): a mídia opõe, de um lado, aqueles que apontam para um grave problema de sociedade – as dissensões profundas² que dilaceram a sociedade civil – e, do outro, aqueles que rejeitam um ponto de vista considerado contrário à ideologia republicana. Deve-se ou não falar de “guerra civil”? Tal designação comporta, evidentemente, implicações sociais e políticas importantes (Koren, 2016). Trata-se de saber se é preciso continuar com a ideia de uma República una, ou fazer a denúncia de que há uma França dividida e prestes a explodir; se pensamos que a nação francesa pode e deve permanecer unida em torno de seus valores fundamentais, ou se expomos uma situação conflituosa em que o fosso que separa a população muçulmana do resto da França está repleto de ameaças. Por conseguinte, as posições antagonistas levam a atitudes incompatíveis diante da população muçulmana da França, e a orientações de política interna divergentes, e mesmo conflituosas.

De maneira geral, considero a polêmica como uma modalidade argumentativa, que privilegia o confronto e o choque das posições antagonistas. Segundo a definição que apresentei no livro *Apologie de la polémique* [Apologia da polêmica] (2014), ela se baseia na dicotomização (exacerbando as oposições), na polarização (dividindo os participantes em grupos antagonistas) e no descrédito do Outro (procurando

² Sobre a noção de dissensão profunda, conforme Fogelin (2005 [1995]).

desqualificar a palavra do adversário, e até mesmo o próprio adversário [Kerbrat Orecchioni, 1980]). O *pathos* e a violência verbal frequentemente a acompanham, mas não são atributos obrigatórios. A polêmica exerce funções sociais diversas: pode autorizar posicionamentos políticos, tentar persuadir não o adversário, mas o Terceiro, unir aqueles que compartilham as mesmas opiniões, dar voz a um protesto que reivindica uma mudança, permitir uma coexistência no dissenso ao canalizar o conflito e ao impedi-lo de descambar para a violência física. A polêmica é, em todos os casos, uma modalidade particular da argumentação retórica, a que privilegia o choque das posições antagonistas.

Antes de abordar o *corpus*, destacaremos que, como é frequente no caso das polêmicas públicas, os discursos difundidos no espaço das mídias se cruzam e se superpõem, sem necessariamente se corresponder simetricamente. Essa fluidez é inerente aos dispositivos midiáticos – as ocorrências de “guerra civil” surgem nas declarações políticas citadas pelos jornalistas, em artigos autônomos, em *blogs* onde a palavra do contraditor muitas vezes aparece em filigrana, quando não é apagada. As posições conflitantes, alimentadas do que se diz e do que se escreve num momento de crise, propõem pontos de vista que atacam os do Oponente, mas nem por isso provocam confrontos diretos. Trata-se mais da circulação de discursos (isto é, de um dialogismo generalizado e informal) do que de um diálogo ou de um debate contraditório estruturado.

1. A recusa da noção de guerra civil: o governo de esquerda

Em seu discurso de 16 de novembro de 2015³, diante do Parlamento reunido em congresso em Versalhes, o Presidente da República francesa, François Hollande, declara: “Estamos numa guerra contra o terrorismo jihadista que ameaça o mundo inteiro e não somente a França”. Ele especifica que um dos objetivos dos ataques é “de semear o medo para nos dividir aqui”, e que isso põe à prova “nossa capacidade de viver juntos”, acrescentando: “Nós erradicaremos o terrorismo porque os franceses querem continuar a viver juntos sem nada temer de seus semelhantes”.

³ Disponível em: <http://www.elysee.fr/declarations/article/discours-du-president-de-la-republique-devant-le-parlement-reuni-en-congres-3>

Os temas da divisão nacional e da coexistência no interior do país (o viver-junto) são valorizados sem que, por conta disso, apareça o espectro da guerra civil, negado de início no sobressalto republicano e no apelo à união sagrada.

Um dia depois, na terça-feira 17 de novembro de 2015, o Primeiro Ministro Manuel Valls é interrogado durante o programa 7/9 de France-Inter com Patrick Cohen⁴, e é instado a responder a uma ouvinte que coloca a questão da guerra civil: “(*Ouvinte*) *Nossos responsáveis políticos dizem que a França está em guerra, ora, os terroristas são franceses, deve-se falar em guerra civil?*”. Valls responde:

É essa junção entre o inimigo exterior e interior que deve ser compreendida. **Nós não estamos numa guerra civil**, há uma guerra contra o Daech⁵ e seus cúmplices em nosso país. [...] Estamos em guerra contra um inimigo que se apoia em pessoas de nosso território, mas se falássemos de guerra civil daríamos razão aos terroristas. (grifo meu)

A “guerra civil” é rejeitada aqui por uma negação polêmica (Nølke, 2017), reafirmando a noção oficialmente adotada de “guerra” contra o Daech e o terrorismo (Hollande fala de “erradicar o terrorismo”). A ouvinte retraduziu a guerra contra o terrorismo em termos de guerra interna que opõe os franceses entre si. Ora, Valls havia proclamado, desde os atentados de 13 de janeiro, “que nós estávamos em guerra, que nós encarávamos uma ameaça particular, um inimigo exterior e interior” – declaração que repercutia aquela de outubro de 2012, quando era Ministro do Interior: “A ameaça terrorista está aqui, presente em nosso solo [...], em particular em nossos bairros populares. Dezenas de indivíduos são, por seus perfis, suscetíveis de passar à ação. Devemos combater esse inimigo interior”, declarou M. Valls no fechamento do congresso do sindicato *Alliance Police Nationale* em Marselha⁶.

É interessante notar que em 13 de fevereiro de 2013, no Fórum de Munique sobre a política da Defesa, Valls retomou essas palavras:

⁴ Disponível em: <http://www.franceinter.fr/emission-le-79-manuel-valls-chacun-doit-savoir-que-nous-sommes-menaces-et-pouvons-subir-de-nouvelles>

⁵ N.T.: Designação do Estado Islâmico.

⁶ Disponível em: <http://tempsreel.nouvelobs.com/societe/20121012.FAP0401/terrorisme-valls-met-en-garde-contre-l-ennemi-interieur.html>

Eu havia evocado em 2012, quando era ministro do Interior, o fato de que enfrentávamos um inimigo exterior, que combatemos, mas também, de certa forma, um inimigo interior. Existem hoje mais de 1.000 franceses ou residentes na França que estão nas fileiras jihadistas ligadas ao Estado Islâmico. Há milhares de jovens na França que não sucumbiram ao terrorismo em nossos dias, mas que estão radicalizados por essa ideologia⁷.

Apesar dessas autocitações e de uma notável constância no emprego do clichê “inimigo interior”, o Primeiro Ministro se esforça para neutralizar essa expressão e desconectá-la da “guerra civil” quando é interpelado no programa de rádio. Desse modo, ele redefine a situação ao designar como único inimigo o Estado Islâmico, que tem “cúmplices” no território francês. Seu esclarecimento sobre a “junção entre um inimigo exterior e um interior” subordina o segundo ao primeiro, considerando o segundo grupo como traidor da pátria, de conivência com os agressores estrangeiros - uma situação bem conhecida no curso da História, como lembra um *site* dedicado ao combate à islamofobia destacando que esse clichê foi, num certo tempo, reservado aos judeus (o Caso Dreyfus), aos comunistas e aos franco-maçons. Além disso, o inimigo interior é redefinido em termos criminais – o cúmplice é aquele que ajuda a cometer um crime – e individuais – trata-se de indivíduos e não de membros de um grupo, enquanto a guerra civil se dá entre facções no mesmo país. Nessa redefinição, o inimigo interior nada tem a ver com a guerra civil, a qual põe frente a frente duas partes da população dentro de uma mesma nação.

Tal argumento, que recorre à definição, opõe-se àquele da ouvinte. Ao fazê-lo, Valls não adota uma postura de polemista, que o rebaixaria ao nível de seus oponentes, mas sim a postura de um dirigente dotado de autoridade legitimada por seu status institucional que responde a uma cidadã interessada em se informar. A negação como refutação polêmica da tese adversa (“Nós não estamos numa guerra civil”) preside assim a uma explicação outorgada aos cidadãos franceses por aquele que detém o saber e está em posição de corrigir as ideias falsas. À custa de uma con-

⁷ Disponível em:

http://www.gouvernement.fr/sites/default/files/document/document/2016/02/20160213_discours_de_manuel_valls_premier_ministre_-_conference_securite_a_munich.pdf

tradição interna por causa de sua designação dos “inimigos do interior”, Valls comunica, desse modo, a posição oficial do governo sobre a necessidade de manter a coesão social ameaçada e de construir a unidade no esforço de guerra contra o Daech. Se o Primeiro Ministro se recusa a polemizar, não é somente pelo fato de que este papel enfraqueceria a autoridade daquele que tem o direito de recusar as discussões, mas também porque o debate corre o risco de pôr em circulação na praça pública ideias que não é prudente alimentar. O silêncio sobre o tema, ou antes, o apagamento do tema da guerra civil é um ato de exorcismo.

Durante o programa de rádio, a ouvinte que faz a pergunta está numa posição de incapacidade em defender um ponto de vista oposto ao do Primeiro Ministro. Então, é no espaço das intervenções não institucionais proporcionadas pela Internet que se dá o questionamento polêmico. Assim, é num *blog* que tem o nome de “Ecalypse News”⁸ que Eric Gaillot publica o seguinte comentário em 17 de novembro de 2015:

Questionado sobre o termo ‘guerra’, Manuel Valls reafirma “não, nós não estamos numa guerra civil, nós estamos contra um inimigo que ataca nosso território” estimando que falar de guerra civil resultaria em render-se aos terroristas.

Anteriormente, o primeiro ministro havia reconhecido que “há centenas, talvez milhares de jovens que podem cair na radicalização”.

A tese do Primeiro Ministro é atacada, aí, através de um argumento *ad hominem* circunstancial que revela uma contradição interna no raciocínio dele. O título irônico da página digital destaca essa falha, adiantando o ponto de vista do oponente: “Não, não estamos numa guerra civil, mas é como se fosse...”

Por parte da esquerda, todos sustentam a negação da guerra civil expressa pelo Primeiro Ministro. Entretanto, nas fileiras da esquerda e até mesmo em seu próprio partido, o Primeiro Ministro é criticado por recorrer à expressão “inimigo interior”. Assim, Claude Bartolone⁹, Presidente do PS (Partido Socialista) na Assembleia Nacional, em suas respostas ao “Grand Jury RTL-Le Figaro-LCI”¹⁰ em 15 de novembro de

⁸ <http://cacaou3.blogspot.co.il/2015/11/france-non-nous-ne-sommes-pas-en-guerre.html>

⁹ <http://www.lefigaro.fr/politique/2015/11/15/01002-20151115ARTFIG00189-bartolone-et-vill-epin-deux-visions-du-combat-contre-daech.php>

2015, opõe-se firmemente à noção “de inimigo do interior” utilizada por Valls: “o inimigo está no exterior, é o Daech [...]. Não falo de inimigo do interior”. Bartolone evita, entretanto, pronunciar a expressão “guerra civil”. Tanto no discurso do presidente quanto no conjunto do discurso governamental, é o termo de “divisão” que reaparece com frequência em sua boca: segundo ele, o Daech “tenta instaurar a divisão entre os franceses de origem e os franceses descendentes de imigrantes” e joga com “a xenofobia”; “Nossos inimigos tentam instaurar essa divisão no seio da sociedade francesa”. Na esquerda, Valls é criticado por aqueles que o acusam de manter em seu vocabulário uma expressão que abre uma possibilidade de “guerra civil”, expressão que é apagada do vocabulário deles, sendo substituída por “divisão”.

Quanto ao líder da esquerda radical, Jean-Luc Mélenchon, ele afirmou enfaticamente após os atentados contra *Charlie Hebdo*: “Não, não haverá guerra civil na França de uns contra os outros”, reenquadrando a situação ao recorrer à metáfora positiva da família: “a França não está em guerra contra alguma fração de seus cidadãos [...] a França republicana não separa seus filhos segundo a religião”. Ele repete em novembro de 2015 que “bloquear a manobra de divisão da sociedade segundo o pertencimento religioso, é a prioridade”¹¹. Posicionando-se constantemente contra a religião na política e contra a “etnização permanente dos problemas da França”¹², ele pede não somente para que se afaste qualquer noção de guerra civil, mas também declara que “Tudo o que, de um jeito ou de outro, evoca um vocabulário de guerra civil deve ser absolutamente e radicalmente proscrito pois representaria a vitória dos assassinos”¹³. Realmente, “tudo está nas palavras para nomear as coisas [...] que cada um se lembre bem, quando fala, de que há limiares dos quais não se retorna.” É portanto a responsabilidade inerente ao ato de designação que se destaca na advertência do tribuno.

¹⁰ N.T.: Programa dominical realizado pela rede midiática francesa “RTL-Le Figaro-LCI”, em que líderes políticos são entrevistados.

¹¹ Disponível em: <http://www.lesinrocks.com/2015/11/17/actualite/jean-luc-melenchon-il-faut-dabord-lutter-contre-la-panique-11788306/>

¹² Disponível em: <http://www.fdesouche.com/566209-melenchon-denonce-une-ethnisation-permanente-des-problemes-de-la-france>

¹³ Disponível em: http://www.dailymotion.com/video/x2e9lny_il-faut-refuser-les-logiques-de-guerre-civile-j-l-melenchon_news

2. O discurso da oposição: conjurar uma ameaça real de guerra civil

Notemos, entretanto, que, na dissensão interna, encontra-se um argumento recorrente compartilhado. Para Bartolone como para Valls, atirar-se na violência das lutas intestinas é dar ganho de causa ao inimigo. Esse argumento é também o do antigo Primeiro Ministro (UMP)¹⁴ Dominique de Villepin, que declara: “Eles querem nos dividir e pressionar nosso país para a guerra civil”¹⁵. Como representante da direita, ele se opõe ao vocabulário do governo, no caso, ao próprio termo de “guerra” que, segundo ele, faz o jogo do inimigo, e expunha, entretanto, a ameaça da guerra civil, da qual a esquerda no poder não deseja falar. Esta já era a posição de François Fillon em junho de 2015: “temendo uma ‘guerra civil’, [ele] reivindica uma vasta coalizão [com a Rússia e o Irã] contra o Daech” (tal é o título de um artigo de Marc de Boni no jornal *Le Figaro* de 30/06/2015). Fillon define a guerra civil como um confronto de comunidades no solo da França e explica:

É preciso tomar consciência de que a sociedade se radicaliza. Uma grande parte da população europeia esta cada vez mais hostil aos muçulmanos e não estamos imunes a comportamentos passionais e mesmo irracionais. Isso pode resultar em formas de guerra civil. O que é preciso absolutamente evitar.

Um vocabulário forte que não é unanimidade entre os Republicanos. Perguntado na estação France Inter hoje de manhã, Bruno Le Maire indicou claramente que não temia uma guerra civil.¹⁶

Em 19/01/2015, o jornal *Le Figaro* já reproduzia as palavras de Henri Guaino, eleito em Yvelines e ex-conselheiro de Nicolas Sarkozy, que reivindica na rádio France Inter o “restabelecimento da autoridade republicana”, mencionando claramente o perigo da “guerra civil”. Como em

¹⁴ N.T.: Sigla do partido político “Union pour le Mouvement Populaire”, União para o Movimento Popular.

¹⁵ Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/politique/2015/11/15/01002-20151115ARTFIG00189-bartolone-et-villepin-deux-visions-du-combat-contre-daech.php>

¹⁶ Disponível em: <http://premium.lefigaro.fr/politique/le-scan/citations/2015/06/30/25002-20150630ARTFIG00165-craignant-une-guerre-civile-fillon-reclame-une-large-coalition-contre-daech.php>

outros casos, a imprensa se apodera da expressão para dar um furo de reportagem – o jornal expõe a seguinte manchete: “Evitar a guerra civil”.

“O problema não é simplesmente lutar contra o terrorismo, mas também evitar as consequências que este poderia ter no confronto das comunidades, dos grupos sociais, evitar a guerra civil e a guerra de religiões, numa sociedade extremamente fragilizada pela desistência republicana que a caracteriza há décadas”, declarou Henri Guaino para France Info.

No discurso de oposição da direita, ora é a política externa do governo (a decisão de entrar em guerra na Síria, a recusa de se aliar a Assad para Villepin, ou de fazer uma grande coalizão com a Rússia e o Irã para Fillon), ora é a derrocada do modelo da autoridade republicana no país e, em particular, num país que comporta uma vasta população muçulmana, que aparecem como consequências do terrorismo islamita. Este desencadeia o confronto das populações, logo, a “guerra civil”; é necessário então impedi-lo a qualquer preço. Ao mesmo tempo, os membros da oposição sugerem que uma política equivocada favorece o terrorismo e com ele, os riscos de dissensão interna, e que é necessário, então, adotar outras soluções (as que são recomendadas pelo locutor) em vez da política praticada pelo governo. Em todos os casos, “a guerra civil” faz parte de um argumento pragmático ou argumento pelas consequências¹⁷, ligado a um apelo ao medo¹⁸. Nesse contexto, a oposição (no caso, o partido UMP ou os Republicanos, desde 30 de maio de 2015) só evoca o espectro da “guerra civil” como uma ameaça futura para assinalar a urgência de evitá-la. No Twitter, a afirmação de Guaino é reproduzida (e atacada): “Tenho um dever enquanto político: evitar tudo o que pode nos conduzir ao confronto, à guerra civil” (31/05/2015).

É com esse objetivo que se deve designar claramente o perigo: de que outro modo poderia ser levado em consideração e desfeito? O ar-

¹⁷ O argumento pragmático ou argumento pelas consequências, “permite apreciar um ato ou um acontecimento em função de suas consequências favoráveis ou desfavoráveis [...] Para apreciar um acontecimento é preciso se reportar a seus efeitos” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1970 [1958], p. 358).

¹⁸ O apelo ao medo é um argumento pelas consequências negativas, como o mostra Walton Douglas (2000: 22): Duas inferências estão ligadas: (1) D é muito ruim para você/ Logo, você deve deter D se for possível. (2) A única maneira de deter D é fazer acontecer A/ Logo, você tem de fazer acontecer A.

gumento pelo medo tem uma justificativa prática e ética. Nessa perspectiva, a dimensão religiosa da divisão interna também deve ser reconhecida, e não pode continuar a ser um ponto cego, como pretendia Mélenchon, por exemplo, que se recusa categoricamente a levar em consideração o elemento religioso numa república laica. O jornal *Libération* (24/11/2015) publicou uma reportagem sobre o deputado dos Republicanos e prefeito de Tourcoing, Gérald Darmanin, intitulada: “Darmanin: criar um Islã da França para ‘evitar uma guerra civil’ religiosa”¹⁹. Darmanin propõe soluções que lhe são próprias: sugere a criação de um consistório muçulmano para “criar um verdadeiro Islã da França (o que ele chama de ‘Islã des Lumières’ [Islã das Luzes]) e evitar uma ‘guerra civil religiosa’”, acrescentando: “O que seria pior, no futuro, do que os atentados sangrentos que acabamos de vivenciar? Uma guerra civil. E a mais terrível que pode haver: a guerra civil religiosa”.

3. Polêmica interna e polêmica externa

No discurso dos políticos, a polêmica entre a esquerda e a direita guarda um caráter interno, pois permanece como parte de um consenso global que recusa incrementar um conflito com a população muçulmana, e sobre a necessidade de tudo fazer para impedi-lo. A polêmica permanece velada, como costuma acontecer em momentos de tragédia nacional e de grande inquietude – não recorrendo à violência verbal. Percebe-se, neste debate polêmico menor que se desenrola no interior de um vasto consenso sobre a importância da coesão nacional e da boa integração dos muçulmanos, duas funções políticas clássicas da polêmica pública: propor soluções alternativas em conflito com as escolhas oficiais e contribuir para o posicionamento dos eleitos no campo político em questão. Com efeito, vê-se como Darmanin, jovem deputado de 29 anos eleito pela primeira vez para a Assembleia e que quer encarnar uma direita popular, tenta fortalecer uma posição ainda fraca em seu

¹⁹ Disponível em: http://www.liberation.fr/franceku/2015/11/24/darmanin-creer-un-islam-de-france-pour-eviter-une-guerre-civile-religieuse_1415725

²⁰ Lembremos que Darmanin foi então nomeado ministro de l’Action e des Comptes publics no governo de Édouard Philippe em 17 de maio de 2017.

campo²⁰; ou como Guaino, Fillon, ou Villepin se batem contra a esquerda mantendo suas diferenças.

Mas, na realidade, a verdadeira polêmica é comum; ela se situa em outro lugar, e seus ataques ficam implícitos na maioria das vezes. É aquela que visa a todos os que poderiam dar livre curso a manifestações de ódio, e mesmo de violência, pondo em perigo a coesão social. Nesses momentos sensíveis, o ataque direto do adversário é apresentado sob a forma de advertência, de conselho e de apelos à unidade. Também aí, trata-se de conjurar os enfrentamentos, e impedir que uma parte da França se levante contra a outra. O adversário desacreditado não é individualizado, nenhum grupo é nomeado – e quando Mélenchon declara, em janeiro de 2015, que é preciso “apontar o dedo para aqueles que acreditaram que, por conta desse acontecimento, teria sido possível desencadear sua estúpida barbárie”, ele deixa planar o anonimato sobre o adversário visado. Por trás da mensagem à população francesa em seu conjunto, pode-se ler, em filigrana, a crítica veemente aos movimentos que clamam em alta voz sua hostilidade aos muçulmanos. Sem dúvida os tempos não são propícios aos ataques que visam à divisão, mas não esqueçamos que *Le Point*²¹ estampava em 24/08/2015: “Para Cambéllis [o primeiro secretário do PS], uma vitória do FN acarretaria um risco de ‘guerra civil’ (tese que ele defende em seu livro *À gauche les valeurs décident de tout* [À esquerda, os valores decidem tudo]).

4. O discurso dos intelectuais e dos experts sobre como evitar “a guerra civil”

Os avisos sobre um perigo de guerra civil, entretanto, estão longe de serem exclusivos à oposição política. Serão encontrados nas palavras de uma série de experts aos quais os veículos midiáticos recorrem, dentre os quais pode-se citar Gilles Kepel, Jean-Pierre Filiu, Pierre Rosanvallon, ou filósofos como Pascal Bruckner. Passa-se então do campo político ao campo científico e filosófico, permanecendo, no entanto, no

²⁰ Lembremos que Darmanin foi então nomeado ministro de l'Action e des Comptes publics no governo de Édouard Philippe em 17 de maio de 2017.

²¹ Disponível em: http://www.lepoint.fr/politique/pour-cambadellis-une-victoire-du-fn-entraînerait-un-risque-de-guerre-civile-24/08/2015-1958724_20.php

espaço do consenso já evocado, a respeito de um interesse maior: a unidade da nação. Assim, na revista *Le Point* de 25/06/2015²², Bruckner, conhecido por sua crítica acerba do arrependimento e do “solução do homem branco”, evoca tramas sinistras:

O pior poderia acontecer: uma incursão do movimento Les identitaires^[23] para atacar mesquitas enquanto os subúrbios incendiariam sob a bandeira corânica. Então, duas formas de selvageria estariam frente a frente, uma ligando-se ao fascismo do passado, outra invocando a mitologia do colonizado, revivendo no território francês uma nova guerra da Argélia.

O exemplo histórico da guerra da Argélia, transposta para as terras da França, é particularmente marcante em razão das lembranças dolorosas que evoca. O enfrentamento de duas “formas de selvageria” joga com o apelo ao medo que se agrega ao argumento pelas consequências negativas. Bruckner também usa do argumento segundo o qual esta situação temível é o objetivo dos jihadistas: “cortar definitivamente os fiéis do Alcorão da comunidade nacional e provocar uma guerra civil da qual imaginam sair vencedores” (Ibid). Numa edição especial de *France Inter*, Jean Pierre Filiu, professor do “Institut d’études politiques de Paris (Sciences Po)”, e especialista do Oriente Médio, também pede que se deixe de aceitar o jogo dos terroristas: “A ascensão dos populismos é de tal modo epidérmica, que, na minha opinião, no próximo ataque desse tipo, teremos represálias de teor racista, uma escalada de “ratonnades”²⁴, e que isso pode ir muito longe...” Aí também, os termos escolhidos – “racistas, ‘ratonnades’” – destacam a amplitude do perigo. Essa passagem é reproduzida no Youtube²⁵ sob o título: “Jean Pierre Filiu, professor da Sciences-Po, prediz uma guerra civil na França!!!” Gilles Kepel, também professor do “Institut d’Études Politiques de Paris”, afirma igualmente que o que “o Estado Islâmico deseja, é desencadear a guerra civil”. Apresenta como prova *l’Appel à la résistance islamique mondiale* [Apelo à re-

²² Disponível em: http://www.lepoint.fr/politique/comment-peut-on-etre-francais-la-reponse-de-pascal-bruckner-24/06/2015-1939548_20.php

²³ N.T.: Um movimento político francês, criado em 2003, e que se caracteriza por uma ideologia considerada de extrema direita. Cf. <http://www.les-identitaires.com>

²⁴ N.T.: Termo que se refere a manifestações violentas de cunho xenofóbico ou racista.

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KNldWMThi34>

sistência islâmica mundial] de Abou Moussa Al-Souri (embora seja filiado à Al Qaeda, segundo a qual “a multiplicação dos atentados às cegas vai contribuir para linchamentos de muçulmanos, ataques a mesquitas [...] e assim provocar guerras de minorias que colocarão a Europa a ferro e fogo[...]”²⁶. Estaríamos, então, na situação temida por Filiu – uma “situação suscetível de escapar completamente ao controle dos diferentes dirigentes”. Diante do perigo de uma onda de violência no solo da França, Kepel deduz que “a unidade nacional é a única resposta possível”²⁷.

Alguns artigos de esquerda publicados no *site* Mediapart vão mais longe. Um artigo intitulado “Nous ne saurions vouloir ce que veulent nos ennemis” [Não poderíamos querer o que nossos inimigos querem]²⁸ de autoria de Saleh Douad recusa o termo oficial de “guerra”, e cita Filiu para destacar que é preciso reforçar os princípios democráticos, evitar qualquer forma de islamofobia, e não fechar a Europa aos refugiados, se queremos desfazer “a dupla ameaça do conflito das civilizações e da guerra civil”. Mais do que nunca, o conceito de guerra civil agita, aqui, o espantinho da divisão e dos confrontos violentos para reivindicar a tolerância, a abertura aos Muçulmanos, e prevenir uma vez mais contra as consequências da islamofobia. Um *blog* de Marcanne no *site* Mediapart vai ainda mais longe. Sob o título “Não às represálias – Não à guerra civil”²⁹, ele prega o abandono da força militar contra o Daech (se retirar da guerra) “mais vale o Daech em Palmira [...] do que a guerra civil na França”. Passamos da necessidade de erradicar o Daech à ideia de abandonar a luta armada para preservar a quietude doméstica. Não somente é necessário evitar a islamofobia, mas também apoiar ativa e concreta-

²⁶ Ver também a entrevista de 26-12-2014 de Alain Rodier, antigo oficial superior do serviço de informação francês, e diretor adjunto do *Centre français de recherche sur le renseignement* (CF2R) [Centro francês de pesquisa sobre a informação], encarregado de investigar o terrorismo de origem islâmica e a criminalidade organizada: “Porque a eclosão de uma guerra civil na Europa nada tem a ver com o imaginário e sim com um implacável projeto aplicado pelo Estado Islâmico”. Disponível em: <http://www.atlantico.fr/decryptage/pourquoi-declenchement-guerre-civile-en-europe-rien-vue-esprit-mais-releve-bien-implacable-projet-applique-etat-islamique-alain-1918874.html>

²⁷ Disponível em: http://www.lemonde.fr/idees/article/2015/11/14/gilles-kepel-l-ektat-islamique-cherche-a-declencher-la-guerre-civile-en-france_4809962_3232.html

²⁸ Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/eric-fassin/blog/161115/nous-ne-saurions-vouloir-ce-que-veulent-nos-ennemis>

²⁹ Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/marcanne/blog/141115/non-aux-represailles-non-la-guerre-civile>

mente as populações muçulmanas menos favorecidas: o artigo preconiza uma política de ação afirmativa para com os jovens das periferias.

A partir do mesmo argumento pelas consequências negativas, ligado a um apelo ao medo, chega-se a um conjunto de conclusões semelhantes. A unanimidade entre os experts, com efeito, se dá em relação à visada do inimigo, à armadilha na qual não se deve cair, e também em relação à necessidade de uma unidade de todos os franceses de todas as correntes confessionais. Eles dizem que é necessário resistir à violência e ao ódio do outro, evitar os “pogroms” (Kepel) e as ações de “represálias” (Filiu), rejeitar os amálgamas mesmo quando este termo pareça embotado (Saleh Daoub). Entretanto, as medidas preconizadas para impedir a eclosão da guerra civil são diversas e frequentemente contraditórias. Bruckner recomenda deter a qualquer preço os fanáticos com os quais nenhuma discussão é possível; recorrer a concessões é utópico. O artigo publicado no *site* Mediapart recomenda, ao contrário, evitar os exemplos fracassados – evitar recorrer às forças armadas segundo o modelo dos Estados Unidos e de Israel, para adotar uma política pacifista a fim de que “a França desapareça do radar dos terroristas islamitas”.

Nas reflexões dos intelectuais e dos cidadãos engajados, encontra-se um discurso que se baseia no saber e na reflexão a fim de emitir pontos de vista racionalmente justificados. A agressividade contra aquele que não pensa como você não é conveniente, e a emoção também não. O *pathos*, quando surge, é reservado aos “efeitos aterrorizantes da guerra civil” que ameaça eclodir. Em resumo, trata-se de um discurso que não expõe necessariamente os confrontos e não se reveste da forma do debate contraditório. É somente na circulação dos discursos que as falas adversas se encontram e se contradizem. Para perceber as linhas de fraturas e os conflitos que não se dizem com todas as letras, é preciso então situar o texto oral ou escrito no conjunto daqueles aos quais responde, mesmo quando não se dá ao trabalho de manifestá-lo com clareza ou veemência. A polêmica, como já foi dito, implica um dialogismo generalizado cujos confrontos diretos constituem apenas um dos seus aspectos. Essa dimensão é particularmente flagrante numa situação que é ao mesmo tempo urgente (deve-se tomar posição rapidamente e com firmeza) e sensível (não se deve criar uma situação de violência verbal que favoreça o dilaceramento da união nacional).

5. O contra-discurso: a guerra civil está em nós, é preciso reconhecê-la e geri-la

Abordemos agora uma utilização bem diferente da expressão “guerra civil”, que rompe com o consenso global das posições examinadas até agora. Trata-se dos diferentes casos em que a fórmula da “guerra civil” vem servir de advertência aos que se recusam a ver os perigos que o Islamita, senão o Islã, representa para a França. Essas vozes denunciam o fosso cada vez mais profundo que é cavado entre porções importantes da sociedade, e a cegueira dos que se recusam a olhar a realidade de frente. O discurso desloca-se, assim, da divisão entre islamitas radicalizados e o resto da população, para a divisão que separa os cidadãos de crença muçulmana originários da imigração e todos os outros. Se alguns lançam um grito de alerta para salvar os valores da República, a maior parte dos outros veem aí uma oportunidade de se posicionar contra o multiculturalismo e a tolerância para com os Muçulmanos que, segundo eles, são excessivos.

Na primeira corrente estão os textos de Georges Bensoussan, autor do livro muito discutido *Les territoires perdus de la République* [Os territórios perdidos da República] que retoma a noção de “guerra civil” para se colocar contra o termo islamofobia, forjado, segundo ele, pelas associações muçulmanas com o objetivo de “criar confusão de propósito e culpabilizar os partidários do combate republicano”³⁰. Bensoussan denuncia um fenômeno de “desassimilação” de uma parte da população muçulmana nascida na França, que não tem o sentimento de pertencer a esse país. Ele escreve assim:

Neste momento, estamos assistindo, na França, à emergência de dois povos a ponto de algumas pessoas evocarem germes de guerra civil. No âmbito da preparação de uma nova obra, fiquei espantado ao constatar que a expressão “guerra civil”, que seria objeto de caçada há dez anos, ou de surpresa há cinco anos, hoje está na boca de muita gente, dos políticos locais, de policiais, de médicos dos hospitais (serviço de urgência, por exemplo) ou de periferia. O sentimento de que dois povos estão se formando, lado

³⁰ Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/vox/societe/2015/08/14/31003-20150814ARTFIG00245-des-territoires-perdus-de-la-republique-aux-territoires-perdus-de-la-nation-12.php>

lado, e que muitas vezes se olham com hostilidade, está aí hoje em dia, e é compartilhado por muita gente.

Ele acrescenta que a “reação aos atentados de janeiro de 2015, longe de mostrar uma nação unida, trouxe à tona dois países lado a lado e não mais uma nação”. Mais ainda do que de divisão do país, trata-se de uma fratura em escala nacional, a respeito da qual o historiador denuncia os comprometimentos do governo muito atento às reivindicações comunitárias, e o silêncio imposto a toda voz dissidente logo acusada de racismo (um processo de islamofobia, mais tarde, foi movido contra ele por SOS racismo). Assim é constatado um desacordo profundo sobre os valores, o que quebra a possibilidade de viver juntos numa cultura republicana compartilhada. Enquanto outros fazem advertências contra a desunião, os amálgamas e o ódio do Outro, Bensoussan lança um grito de alerta sobre “a guerra civil” que ameaça o país, que, a partir de então, é composto de duas entidades inassimiláveis uma à outra. Referimo-nos à data de 17 de agosto de 2015, antes dos atentados de novembro.

Enquanto Bensoussan apela para o reforço dos valores de tolerância e de igualdade da República, outros se apoderam da fórmula para reforçar um discurso identitário no qual as ideias de cisão e de guerra civil não são novidades. Assim, em sua coluna Bloc-Notes, de 8 de janeiro de 2015, o jornalista do *Le Figaro*, Ivan Riofoul³¹, justifica a urgência de abrir os olhos ao fato de que “Nesta quarta-feira, a França está em guerra. Em guerra civil, talvez, amanhã”. A passagem explícita de guerra a guerra civil, que o governo de esquerda não admite, é aqui significativo. Riofoul denuncia os que, segundo ele, ficam cegos diante do “novo totalitarismo corânico” ao recusar a noção do “inimigo do interior” (é o caso de Hollande): segundo o autor, “seus discursos emolientes” “fazem parte do adormecimento das vigilâncias”. Ora, para Riofoul, os jihadistas franceses, como o exército de libertação nacional da Argélia que, de início, só contava com cerca de 800 homens, são perigosos e é tempo de calar os bons sentimentos das “boas almas” que “insultam os que lançam alertas”.

³¹ Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/vox/societe/2015/01/07/31003-20150107ARTFIG00443-ivan-rioufol-une-guerre-civile-menace-la-france.php>

Thibault de Montbrial, um advogado francês especializado em legítima defesa e engajado na legislação contra o terrorismo, também fala de guerra civil para denunciar o fosso cavado entre as populações da França, estigmatizar a recusa de olhar a realidade de frente, sem “preconceitos”, “ingenuidade”, nem “covardia”, e atacar o multiculturalismo. Com base no argumento da definição – “Na guerra, os adversários se dizem inimigos e quando têm a mesma nacionalidade que o país que atacam e no qual vivem, só podemos constatar que se trata de inimigos do interior” – chega a afirmar que “o país está em guerra contra uma parte de sua juventude” (em contradição direta com as declarações de Jean-Luc Mélenchon). A “guerra civil” lhe aparece como um “risco real” para o qual preconiza uma solução que consiste em rejeitar a abertura aos costumes do Islã: “A única chance de evitar um confronto entre comunidades residirá na reapropriação firme de uma base comum de valores em torno dos quais o corpo social se reúne e no abandono de multiculturalismo suicida [...]”. Uma vez mais, estamos nos antípodas das soluções de tolerância e de respeito à cultura do Outro.

Assim, enquanto uns consideram que para evitar a guerra civil é necessário reconhecer o lugar da cultura muçulmana, para outros só se pode freá-la se for restabelecida a supremacia absoluta e sem comprometimentos dos princípios republicanos, ou da cultura autenticamente francesa, em torno dos quais devem obrigatoriamente reunir-se todos os franceses. Mais do que manter uma unidade factícia para não cair nos confrontos violentos que o inimigo deseja ver na França, convém abrir os olhos diante do fosso que se cavou entre duas partes da nação, por conta do laxismo prolongado dos governantes: se não se restabelecer a ordem, a guerra civil não poderá ser evitada. O argumento pelas consequências nefastas reaparece aqui, mas com conclusões inversas. Mais ainda, este argumento valoriza um realismo que se diz baseado no conhecimento do terreno, em vez de um idealismo cego às voltas com os bons sentimentos. Os Oponentes são acusados de cegueira, e mesmo de comprometimentos covardes. O que não impede que valores comuns (e conflituosos) cimentem a argumentação em ambos os lados: a tolerância, a aceitação do outro em sua diferença, a recusa das cisões sociais, um multiculturalismo mais ou menos desenvolvido num caso; a proteção da identidade francesa e da liberdade desprezada pelo Islã, a recusa

republicana do comunitarismo e do multiculturalismo, no outro. No ataque aberto da extrema direita contra o Oponente e seus valores apresentados como pervertidos, a polêmica se declara abertamente. Ela pode se manifestar mais facilmente quando esse discurso vai de encontro à doxa oficial e pensa dever atacá-la de frente para prevenir o desastre que o politicamente correto fatalmente vai desencadear. O militantismo do contra-discurso provoca um confronto aberto com as posições ditas errôneas do adversário.

Essa veia agressiva é desenvolvida nos discursos da direita tradicional e da extrema direita, que se dotam de canais de comunicação suscetíveis de fazer ouvir uma palavra não alinhada, como o *blog* “La gauche m’a tuer” [A esquerda me matar], que diz colocar-se contra o pensamento único e tratar de todos os assuntos sem tabus, ou o *blog* de Guillaume Faye, “ensaísta e patriota francês e europeu” intitulado, “J’ai tout compris” [Entendi tudo]. Faye, que colabora no *blog Rivarol*³², se situa à extrema direita do mapa político, e em sua corrente identitária. Há muito tempo ele desenvolve, em numerosos textos e entrevistas, suas ideias sobre o caráter nocivo da imigração e sobre a guerra que opõe o Ocidente ao Islã. Em 27 de novembro de 2015, publica um artigo sintomático sobre os massacres de Paris de 13 de novembro, em que declara que apesar de suas atrocidades, os atentados são menos perigosos que “a islamização e a invasão, que ameaçam destruir o substrato de nossa civilização”. Ele ataca violentamente “o chiclete retórico” do Presidente Hollande e as reações dos franceses em lágrimas, onde se vê o “pacifismo dos covardes” opor-se ao “belicismo dos agressores”, acusando uma França que acolheu em seu solo uma imigração massiva e que paga o preço disso. Desse modo, ele preconiza “a cessação dos fluxos migratórios” graças ao restabelecimento das fronteiras, citando a paquistanesa Ayaan Hirsi Ali para fortalecer a tese de uma “fortaleza Europa” como a única que pode impedir a eclosão de uma guerra civil étnica no velho continente. Em 20 de julho de 2014, um artigo seu intitulado “Immigration, Islam: vers la guerre civile” [Imigração, Islã: em direção à guerra civil] (para citar apenas este) defendia as mesmas teses³³. Em 21/02/2015, ele apelava para uma mu-

³² N.T.: Ver <http://rivarol.over-blog.com>

³³ Disponível em: <http://fr.novopress.info/172508/immigration-islam-vers-guerre-civile-analyse-polemologique-guillaume-faye/>

dança de paradigma para pôr fim ao “terrorismo islâmico, guerra civil: cenários de catástrofe para a França”³⁴ graças a um despertar da França e da Europa que “põe vendas nos olhos” e “mentem a si mesmas”. O choque das teses antagonistas chega ao cúmulo, e o fosso entre os valores de base se aprofunda ainda mais.

Ao término desse percurso, convém assinalar os textos de exasperação contra a tolerância para com o Islã na França, que se multiplicam na Internet, e que lidam com a polêmica sem as precauções oratórias que caracterizam os discursos públicos dos políticos e dos intelectuais. Os ataques contra os dirigentes são explícitos e os valores nacionalistas opostos à tolerância republicana são fortemente afirmados. Primeiramente, é a presença ou a ameaça iminente de uma guerra civil que prevalece, opondo-se diretamente aos discursos oficiais que a negam. No *site Boulevard Voltaire*, J-P Fabre-Bernadac em “La guerre civile aura bien lieu!” [A guerra civil acontecerá, com certeza!] (24/01/2015) retoma a definição da guerra civil e enumera suas causas, notando que todas elas estão presentes na França de 2015, e atacando os responsáveis: “A França é uma vasta panela de pressão cujos governantes e mídias fecharam definitivamente a tampa com medo de ver uma realidade politicamente incorreta escapar. O Estado gangrenado no mais alto nível se recusa a ver a situação”³⁵. O que se recusa a ver é o fosso que separa as duas ideologias em confronto – daí a exasperação crescente de todos aqueles que se sentem incompreendidos em sua afirmação identitária e sua defesa da civilização cristã e da cultura francesa. O mesmo argumento pela definição aparece no texto de François Arondel em Breizh Info³⁶ (“Les prémices d’une guerre civile?” 13/01/2015) [As primícias de uma guerra civil?]: os atentados são perpetrados por “franceses que atacam outros franceses”, “trata-se então, com certeza, de atos que remetem a uma guerra civil”. Encontra-se igualmente a mesma denúncia vee-

³⁴ Disponível em: <http://lagauchematuer.fr/2015/02/23/terrorisme-islamique-guerre-civile-scenarios-catastrophe-pour-la-france/>

³⁵ <http://www.bvoltaire.fr/jeanpierrefabrebernadac/la-guerre-civile-aura-bien-lieu,154285>. Consulté le 3.5.216

³⁶ N.T.: Trata-se de um site de origem bretã, considerado marcado por uma ideologia de extrema direita “identitária”. Cf. <https://www.breizh-info.com/2015/01/13/21611/les-premices-dune-guerre-civile>. O título do artigo contém um erro de ortografia, que reproduzimos na tradução em português.

mente dos dirigentes: “Intoxicados por sua ideologia, os políticos não compreendem mais nada do mundo real e recusam todas as evidências, até mesmo as mais gritantes”. Em particular a da “incompatibilidade entre a nossa cultura e a dos Muçulmanos” que o “mundo dos bem-pensantes” recusa-se a reconhecer, assim como o parentesco entre Islã e Islamismo. O adversário – a classe política, o politicamente correto, os bem-pensantes – é atacado em nome de valores identitários menosprezados. Como observa um internauta no fórum do artigo “France vers une guerre civile?” [A França em direção a uma guerra civil?] no *blog* “Le Salon Beige” (que diz ter a adesão de leigos católicos)³⁷: “na verdade, esta [a guerra civil] será uma guerra da França contra a anti-França”. O mesmo tom aparece no texto “Cette guerre civile dont nous ne voulons pas” [Essa guerra civil que não queremos] publicado no *site* católico “Le Rouge et le Noir” [O Vermelho e o Negro] por Henri de Begard em 30/11/2015³⁸. Ele protesta contra a tendência, na blogosfera católica, em recusar toda possibilidade de guerra civil quando as mídias abordam essa questão cada vez mais, e que seria mais conveniente sondar as causas – no caso, o fato de que “os elementos constitutivos de uma identidade são muito discordantes e que os dois grupos compartilham o mesmo território”. O alerta para evitar a qualquer preço os confrontos internos sangrentos é acompanhado da certeza de que, se necessário, “defenderemos nossas vidas, nossa identidade e nossa fé” a exemplo dos cruzados e dos resistentes. Um último exemplo dentre outros³⁹: o jornalista Olivier Pichon em sua coluna “Poing de vue” [Punho de vista] (no “Nouvelles de France” [Notícias da França]) liga as noções de invasão e de guerra civil, a qual será dessa vez, não somente uma guerra “étnico-civil” mas também uma guerra entre “os que a aceitam [a invasão] por submissão ou por escolha ideológica [acreditando ainda no “islã solúvel na república e na laicidade”] e aqueles que a recusam”. O autor fala

³⁷ Disponível em: http://lesalonbeige.blogs.com/my_weblog/2015/08/france-vers-une-guerre-civile.html

³⁸ Disponível em: <http://www.lerougeetlenoir.org/opinions/les-opinantes/cette-guerre-civile-dont-nous-ne-voulons-pas>

³⁹ Cf. Louis Blase em <http://24heuresactu.com/2015/08/22/les-frontieres-empechent-les-guerres-civiles/>, Pierre Mylestin em “Faut-il une guerre civile pour qu’Hollande et ses bouffons comprennent enfin ce qu’est l’Islam” <http://ripostelaique.com/faudra-t-il-une-guerre-civile-pour-quhollande-et-ses-bouffons-comprennent-enfin-ce-quest-lislam.html>

dos primeiros como de “colaboracionistas” (dentre eles o antigo presidente da República). A notar que os internautas reforçam ainda a observação, negando a adequação do termo de guerra civil que supõe o pertencimento a um mesmo povo, enquanto se deveria falar de “guerra de libertação, de emancipação, de autodeterminação, de descolonização, de reconquista” (Pascale, às 16h31).

Para encerrar, gostaria de evocar uma polêmica aberta e virulenta que se desenrolou em torno de Eric Zemmour e da entrevista que havia feito ao jornal italiano *Corriere della Sera* em 30 de outubro de 2014, que repercutiu na França somente em 15 de dezembro num artigo de Jean-Luc Mélenchon. Ele dizia que “essa situação de um povo dentro do povo, dos muçulmanos dentro do povo francês, nos levará ao caos e à guerra civil”, destacando o tema da invasão: “Eles têm o seu código civil, que é o Alcorão. Eles vivem entre si, nas periferias. Os franceses são obrigados a ir embora”, mas, sobretudo, sugerindo que uma partida em massa dos muçulmanos não é impossível. Evitar a guerra civil implicaria então a partida forçada (a palavra deportação, tão discutida, aparentemente não foi empregada) de 5 milhões de muçulmanos franceses – uma possibilidade que parece “irrealista, mas a História é surpreendente: um milhão de “pieds-noirs”⁴⁰ partiram da Argélia, 5 ou 6 milhões de alemães abandonaram a Europa central em que viviam há séculos”⁴¹. Tais declarações foram largamente retomadas, comentadas e atacadas nas mídias, dando origem a uma polêmica de vastas proporções que não me é possível investigar aqui – polêmica que desencadeou o fato de que Zemmour foi mandado embora de iTélé⁴² onde comandava desde 2003 um programa de debates “Ça se dispute”, e que ele apelou para a justiça, e que foram assinadas petições em favor dele em nome da liberdade de expressão. O essencial é, aqui, que as teses do autor de *La France suicidaire* [A França suicida] ocasionaram uma polêmica pública fortemente midiática de

⁴⁰ N.T.: designação dos descendentes de franceses nascidos na Argélia.

⁴¹ Disponível em: <http://www.jean-luc-melenchon.fr/2014/12/15/zemmour-se-lache-en-italie-deporter-cinq-millions-de-musulmans-ca-peut-se-voir/> (traduzido em francês por Mélenchon).

⁴² N.T.: Até 27 de fevereiro 2017, iTélé designava uma cadeia de televisão do grupo Canal Plus. Lançada em 1999 com o nome de iTélévision, essa TV se apresenta como uma estação de informação em francês, a ser acessada diretamente pela Internet, em todos os suportes. Atualmente continua funcionando com o nome de C News.

Disponível em: <http://www.webmaster-gratuit.com/tele/itele.htm>

que colheu os frutos em razão, ao mesmo tempo, de sua posição de autor e de jornalista conhecido, e do radicalismo de suas posições – principalmente no que concerne à solução colocada sem tabu da expulsão, cujo extremismo pareceu insuportável à maioria. Foi então sobre um indivíduo específico que se concentrou o confronto violento dos dois campos, que nos períodos que se seguem aos atentados, permaneceu indireto na maior parte do tempo.

Conclusão

A polêmica, como vimos, gira em torno de uma questão inicial, colocada de maneira mais ou menos aberta: a França, com suas populações de imigrantes muçulmanos, corre ou não o perigo de uma guerra civil quando os atentados islamitas a atingem dolorosamente? Uma primeira dicotomização opõe, de um lado, aqueles que consideram que este perigo é bem real, e que uma guerra civil já existe em germe na França, e do outro aqueles que falam unicamente de uma guerra contra o inimigo exterior. Uma segunda dicotomização acontece em torno das medidas a tomar para evitar o perigo da guerra civil. Quanto à população muçulmana da França, um campo demanda medidas fortes e menos concessões a um Islã carregado de ameaças, o outro adverte contra os perigos da islamofobia, procurando, por vias diversas, preservar a unidade.

A polêmica agressiva vem do oponente, no caso, dos representantes de uma direita tradicional que querem denunciar o perigo do Islã na França e se posicionam contra a imposição de um consenso destinado a reduzi-los ao silêncio. Através de vozes diversificadas (mais ou menos extremistas), mas unidas em protesto, o oponente ataca os governantes e aqueles que são partidários de uma abertura compreensiva em relação ao Islã. São estigmatizados os adeptos de um multiculturalismo apresentado como uma diversidade enriquecedora. Tenta-se também desqualificar aqueles que são favoráveis ao acolhimento dos migrantes e aqueles que não enxergam a fratura que já separa as populações muçulmanas das outras populações francesas. Na visão do oponente, já há uma divisão profunda, incompatibilidade de valores e de modos de vida, sofrimento dos franceses ameaçados em sua identidade por um Islã inva-

sor. Em resumo, já há o germe de uma guerra civil, senão em curso – *resvalamos da guerra entre a França e os terroristas islamitas radicais dos quais falava o Presidente Hollande, à guerra entre os franceses de raiz e os cidadãos franceses de religião muçulmana originários da imigração.* Desse modo os polemistas utilizam a fórmula de “guerra civil” onde o governo tenta velá-la, desacreditando as classes políticas que se recusam, em sua opinião, a encarar a realidade face a face.

O segundo campo é composto por frações diferentes que adotam, grosso modo, a mesma atitude – mesmo quando manifestam desacordos, apelam para a unidade diante do perigo de explosão e de cisão que o terrorismo representa para o Hexágono. Pode-se perceber que entre a esquerda e a direita desenvolve-se uma polêmica velada, que se resume a divergências menores e a questões de posicionamento. A única diferença verdadeira reside, na realidade, na mobilização da expressão “guerra civil”: os dirigentes de esquerda a evitam ou a rejeitam para não mencionar um fator de discórdia nos discursos oficiais, enquanto a direita na oposição a utiliza para melhor destacar os perigos, distinguindo-se das posições governamentais.

No interior da própria esquerda, encontram-se, com certeza, vozes mais agressivas – saídas em particular do Front de Gauche [Frente de Esquerda] mas também de certos membros do PS, que não temem confrontar-se abertamente com os oponentes e se permitem emitir declarações mais violentas. Mas, em todos os casos, prepondera, à esquerda, a recusa da expressão de “guerra civil” (e de “inimigo do interior”) adotada por vozes cada vez mais numerosas na praça pública. Essa recusa aparece como a expressão de um recolhimento numa ideologia republicana que se recusa a diferenciar seus cidadãos, e a estabelecer uma divisão que dilaceraria o país. A esquerda se opõe assim não somente àqueles que veem nos acontecimentos uma razão de atacar os Muçulmanos da França, mas também àqueles que querem trazer à baila um problema explosivo – e constrangedor – o qual ela tenta exorcizar.

A negação polêmica, acompanhada de uma recusa em discutir possibilidades de dissensão profunda e ameaças de violência que ela implica, procura evitar o confronto direto. Oculta, com isso, a refutação das posições adversas. Escapando ao debate contraditório, os representantes da esquerda apoiam-se, para se justificar, em valores compartilhados,

cujo caráter sacrossanto é considerado suficiente para afastar a necessidade de se confrontar com uma visão do real diferente da sua. Isso permite prodigar uma palavra de advertência e de conselho, baseada na autoridade do saber e da Lei, mais do que uma palavra marcada ideologicamente, visando a atacar o adversário francês. Ao mesmo tempo, pode-se indagar se é conveniente a tendência a se colocar acima do debate pela condenação moral das posições do outro e pela recusa em discuti-las. Não estariam, com isso, situando-se fora do espaço democrático que implica a livre expressão do conflito em vez da tentativa de relegar o outro à dissidência? Não se estaria perdendo um dos benefícios da polêmica pública como coexistência no dissenso? Ou deve-se admitir que só se pode entrar em polêmica com aqueles que pensam como nós? Que algumas posições são intoleráveis? A ascensão fulgurante do partido da Frente Nacional na França deveria sem dúvida nos fazer pensar.

Referências

- AMOSSY, R. *Apologie de la polémique*. Paris: PUF, 2014.
- DASCAL, M. Dichotomies and types of debates. In: EEMEREN VAN, F. H.; GARSSEN, B. (Éds). *Controversy and Confrontation*. Amsterdam; Philadelphia: Benjamins, 2008. p. 27-49.
- FOGELIN, R. The logic of deep disagreements. *Informal Logic*, v. 25, n. 1, p. 3-11, 2005.
- KING, A.A.; ANDERSON, F.D. Nixon, Agnew and the Silent majority: A case study in the rhetoric of polarization. *Western Speech Communication Journal*, n. 35, v. 4, p. 243-255, 1971.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. La polémique et ses définitions. In: GELAS, N.; KERBRAT-ORECCHIONI, C. (Éds). *Le discours polémique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980. p. 3-40.
- KOREN, R. Introduction. *Argumentation et Analyse du Discours*, n. 17, 2016.
- KRIEG-PLANQUE, A. *Purification Ethnique, une formule et son histoire*. Paris: CNRS Éd., 2003.
- _____. *La notion de "formule" en analyse du discours*. Paris: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009.
- NØLKE, H. *Linguistic Polyphony: The Scandinavian Approach: ScaPoLine*. Leiden: Koninklijke Brill, 2017.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1970 [1958].
- PLANTIN, C. Des polémistes aux polémiqueurs. In: DECLERCQ, Gilles; MURAT, Michel; DANGEL, Jacqueline (Éds). *La parole polémique*. Paris: Champion, 2003. p. 377-408.
- WALTON, D. *Scare Tactics: Arguments that Appeal to Fear and Threats*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 2000.